

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº651

De 13 a 27 de
abril de 2023.

Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



@pstu_oficial



ATENTADOS
CONTRA ESCOLAS
O QUE
PODEMOS
FAZER?
POR QUE
ACONTECEM?
PÁGINAS 8 E 9

NACIONAL

Arcabouço Fiscal é
plano para continuar
enriquecendo banqueiro

Páginas 4 e 5



EDUCAÇÃO

Seguir lutando pela
revogação do Novo
Ensino Médio

Página 6



CHARGE



“ De repente tem um monte de escravocrata no país ”



Janaina Paschoal ironizando denúncias de trabalho escravo. Na CNN, ex-deputado afirmou que é necessário “olhar com lupa para saber exatamente se [os ruralistas] são mesmo escravocratas”



PRÓXIMO LANÇAMENTO

“ O texto das teses resgata a compreensão marxista sobre a questão das opressões e sua relação com a relação de exploração, isto é, entre as classes sociais, relação fundamental na qual se assenta esse sistema de exploração e opressão, o sistema capitalista. ”

EDITORA **sundermann**

www.editorasundermann.com.br

PALESTINA LIVRE

Abdel Raouf, presente!

Faleceu Abdel Raouf Misleh, pai de Soraya Misleh, uma das principais lideranças da causa palestina no Brasil. Abdel Raouf nasceu em Qaqun, na Palestina sob o mandato britânico. Ele foi um dos 800 mil palestinos expulsos de seus lares e sua vila foi uma das mais de 500 vilas destruídas pelas milícias sionistas armadas por Stálin por ocasião da Nakba (catástrofe em árabe) em 1948 quando foi formado o Estado racista de Israel. Infelizmente Abdel Raouf não pode retornar



à Palestina em vida, mesmo destino de seis milhões de refugiados palestinos em todo o mundo. O PSTU expressa sua

solidariedade com familiares e amigos, e seu compromisso com a libertação da palestina, do rio ao mar.

IMPERIALISMO

A implacável perseguição contra Julian Assange

Há exatos quatro anos, o jornalista Julian Assange, preso em Londres, aguarda uma possível extradição para os Estados Unidos, onde pode ser condenado a até 175 anos.

Assange é acusado de espionagem. Uma acusação absurda. Na verdade, em 2010, ele publicou aproximadamente 250 mil arquivos, entre fotos, vídeos e documentos do Pentágono, que revelavam crimes de guerra cometidos pelos militares estadunidenses e práticas de tortura contra detentos da prisão de Guantánamo, base militar dos Estados Unidos em Cuba. Em 2012, Assange fugiu para embaixada do Equador em Londres e pediu asilo político. Contudo, não pôde sair da embaixada e lá permaneceu até abril de 2019, quan-



do o então presidente equatoriano, Lenín Moreno, removeu o direito de asilo de Assange e o entregou para a polícia de Londres. A extradição de Assange é uma exigência do imperialismo e

desmascara totalmente seu discurso hipócrita sobre a liberdade de imprensa e jornalismo. Para saber mais, indicamos o documentário “Guerra ao Jornalismo: o caso Julian Assange”.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Os 100 dias do governo Lula

Em seu discurso sobre os 100 dias de governo, Lula reivindicou o novo arcabouço fiscal que dá sequência a um regime de austeridade para priorizar o pagamento da dívida aos banqueiros. “Se tem um governo com expertise para fazer responsabilidade fiscal é o meu, perdi muita gente do PT por causa do superávit primário, alguns foram até para o PSB, outros para o PSTU”, disse, referindo-se ao seu primeiro mandato.

O slogan escolhido pela nova gestão tenta passar a ideia de que estamos voltando a uma época em que as coisas supostamente eram boas, ou não tão ruins. Mas, primeiro, será mesmo que o “Brasil voltou”? Segundo, e se voltasse aos tempos do boom das commodities, com medidas compensatórias para os muito pobres e arrocho, retirada de direitos e precarização sobre os remediados para enriquecer os grandes do agro, dos bancos e empreiteiras? Não chegaria de novo onde chegamos? Com a crise capitalista, veio a nu o processo de recolonização. Sem máscara, apareceram a desindustrialização, o empobrecimento e viu-se que a desigualdade nunca retrocedeu.

O governo Bolsonaro botou o país no modo barbárie explícita e ultraliberal. Mas foram os governos do PSDB e do PT que construíram as bases sociais e as decepções políticas que permitiram o surgimento do bolsonarismo.

Os 100 dias de governo Lula, inclusive no que parece acenar aos trabalhadores ou à soberania, esteve a serviço centralmente de pavimentar o caminho para o arcabouço fiscal, de buscar a conciliação para a preservação das cúpulas das Forças Armadas e de garantir, nas rela-

ções com a China, EUA e União Europeia, preservar os interesses da classe dominante brasileira submissa ao imperialismo.

Em lugar de um projeto da classe trabalhadora que se apoie em sua mobilização para enfrentar os 1% de capitalistas internacionais e nacionais, o governo de conciliação de classes de Lula se apoia na democracia dos ricos, em Lira, Pacheco, nacos do centrão, e promete governar para todos. Mas não é possível fazer omelete sem quebrar ovos. Os 100 dias de Lula apontam para um social liberalismo, um neoliberalismo com renda mínima.

O programa e as alianças de Lula e do PT se propõem a gerenciar o capitalismo em crise, em conciliação com a burguesia e o imperialismo. Por isso colocamos a necessidade de se construir um projeto da classe trabalhadora para o país, que não esteja atrelado a um projeto da burguesia porque, senão, as mudanças profundas que são necessárias não vão ocorrer. E sem essas mudanças o nosso país seguirá cada vez mais subalterno e decadente, mais pobre e a classe trabalhadora mais precarizada e arrochada. E esses três meses comprovam isso.

A derrota eleitoral de Bolsonaro e também o fracasso da sua tentativa golpista foram sentidas como um alívio por grande parte da classe trabalhadora e os setores mais oprimidos. E é compreensível que tirar Bolsonaro gere alívio, expectativas, esperança e ilusões.

A esperança de que se detenha a entrega do país e as privatizações, de que se revoguem as reformas trabalhista e previdenciária, o Novo Ensino Médio, de que não se dê, mais uma vez, anistia a golpista, tendem a ficar pelo caminho porque não vão

caber no figurino do novo arcabouço. Nem mesmo a defesa dos povos indígenas, de negros e negras e das mulheres.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

A tarefa colocada para a classe trabalhadora é a de construir um campo de classe, que possa fortalecer um projeto seu para o país, que enfrente os capitalistas e o imperialismo e possa efetivamente derrotar também o bolsonarismo.

guesia, e que atuem para organizar a classe em defesa de suas reivindicações.

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES

Precisamos ir à luta para exigir de Lula a revogação por completo da reforma trabalhista, e da Previdência e do novo ensino médio. Exigir emprego com a redução a jornada para 30h semanais, sem redução dos salários. Exigir a duplica-

pendar o pagamento da dívida aos banqueiros, baixar os juros, estatizar o sistema financeiro e acabar com todos os subsídios e isenções bilionárias às grandes empresas e multinacionais.

Esse é também o caminho mais seguro para derrotar o bolsonarismo: com mobilização, auto-defesa e independência de classe. Não com anistia para golpista, aliança com a burguesia e arcabouço fiscal neoliberal. Fazer agora, por



Lula disse em seu discurso dos 100 dias: “a ultraesquerda presta um papel fundamental, porque tudo o que eles dizem, você não vai fazer, mas eles te impedem que você vá muito à direita”. Na verdade, o papel que a esquerda que está no governo cumpre é o de reforçar as ilusões e impedir que ocorram mobilizações que se enfrentem com esse projeto do governo, com a burguesia e com a extrema direita.

Os trabalhadores precisam exigir de suas organizações que tenham independência política do governo e da bur-

ção do salário mínimo, tendo como meta o salário mínimo pelo Dieese em 6.571,52 hoje.

Exigir que se detenham todas as privatizações, reestatizando as estatais entregues, começando pela Eletrobrás, Vale e Petrobras, sob o controle dos trabalhadores. Estatize a Avibras, importante fábrica de defesa que está prestes a ser entregue ao capital estrangeiro.

Para fazer isso o caminho é oposto ao do arcabouço fiscal, que é a manutenção do edifício neoliberal. É necessário acabar com a suposta independência do Banco Central, sus-

exemplo, uma paralisação nacional contra a violência nas escolas, exigindo investigação e prisão dos que ameaçam na internet e, junto com isso, organizar em assembleias a autodefesa com brigadas eleitas por país, alunos, professores e funcionários, e exigindo dos governos que as financiem.

Esse é o caminho para criarmos as condições para que nós trabalhadores construamos um governo nosso, sem capitalistas, apoiado em conselhos populares.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3MCSAM6](https://bit.ly/3MCSAM6)

TETO DE ROUPA NOVA

Arcabouço fiscal é neoliberal e privilegia banqueiros

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Na reunião interministerial que marcou os 100 dias do governo, Lula deu destaque à defesa do chamado novo marco fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O texto final deve ser entregue nos próximos dias ao Congresso Nacional, mas suas linhas gerais foram reveladas no final de março e, desde então, estão no centro do debate econômico do país.

Na reunião com os ministros, Lula fez questão de defender Haddad das críticas sofridas de vários lados. De uma parte, representantes do mercado cobraram o detalhamento de medidas mais duras na contenção dos gastos. Por outro lado, setores de esquerda criticaram o que seria um arrocho excessivo no orçamento, ainda que com “melhorias”.

Tais posições podem levar

a crer que o conjunto de regras criadas para substituir o teto de gastos seria uma espécie de “bem bolado”, com alguns pressupostos exigidos pelo mercado, e outros pontos para atender os setores mais “progressistas”. Aliás, esse foi o tom de parte majoritária da esquerda: o novo arcabouço fiscal seria um “avanço” em relação ao teto de gastos, mas com alguns pontos “preocupantes”. Seria mesmo assim?

MERCADO APLAUDE

Primeiro, é interessante notar a reação do mercado tão logo os princípios do tal arcabouço foram divulgados. A bolsa subiu, o dólar baixou e os elogios vieram da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que o classificou como “passo importante e meritório”, e até do ex-presidente Michel Temer, que não sem razão chamou a medida de uma “adaptação” do teto aprovado em seu governo.

Essa comemoração não veio por acaso. A Emenda Constitucional 95, o famigerado teto de gastos aprovado em 2017, impunha o congelamento dos gastos públicos, apenas com a correção da inflação. Os pontos do arcabouço seguem, por outros caminhos, a mesma lógica, como veremos a seguir. Não foi por outra razão que o texto foi submetido, e acordado, com o presidente do Banco Central, o bolsonarista Campos Neto, o qual Lula e toda a direção do PT atacam publicamente por conta dos juros, mas consultam nos bastidores.

PRIORIDADES

É, nesse sentido, mais uma adaptação, como bem definiu Temer, do que uma ruptura, pois reafirma como prioridade absoluta o pagamento da dívida aos banqueiros, através da busca do superávit primário (receitas menos despesas, descontando os juros da dívida) em detrimento dos investimentos públicos.

ENTENDA

“Novo” arcabouço fiscal



Crescimento das despesas só pode subir até 70% do aumento das receitas.



Independentemente da arrecadação, o crescimento das despesas deve variar entre 0,6% e 2,5% do ano anterior. Ou seja, se o país viver um boom econômico e uma explosão na arrecadação, os gastos só aumentam 2,5%.



Caso a meta de superávit primário não seja cumprida, no ano seguinte há uma “penalização”, e invés de gastar 70% do aumento das receitas, o governo pode gastar apenas 50% do aumento das receitas. Caso se repita, no ano seguinte essa variação desce para 30%.

NOVA VERSÃO

Um teto repaginado

O objetivo prioritário do arcabouço fiscal de Haddad foi uma das primeiras coisas a serem divulgadas: zerar o déficit público em 2024, ter superávit equivalente a 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Isso não é outra coisa que não garantir o pagamento dos juros aos banqueiros.

O custo disso seria o de jogar os gastos públicos a um patamar abaixo do que se viu nos dois governos do PT, e até mesmo dos anos de FHC, marcados pelo neoliberalismo. Para se ter uma ideia, os gastos públicos, no melhor dos mundos, seriam limitados a menos da metade da média do que se aumentou nos dois primeiros governos Lula (5,2%), e que, na época, já eram insuficientes. É uma pá de cal em qualquer expectativa de aumento real em serviços

públicos, programas sociais como o Bolsa Família, aumento de salário mínimo e aposentadorias, tudo para garantir superávit primário e o pagamento da dívida aos banqueiros.

O governo alardeia que voltam os pisos mínimos constitucionais para saúde (15% do Orçamento) e educação (18%). No entanto, além de engessar isso e inviabilizar um investimento significativo, e que realmente represente uma mudança efetiva, o que vai acontecer, na prática, é que esses gastos vão pressionar os demais setores para que se fique dentro do novo teto, seguindo a mesmíssima lógica do teto de Temer e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para piorar, nem mesmo esses pisos estão assegurados (leia mais na página ao lado).



Já a promessa de Haddad, de elevar a arrecadação numa proporção e velocidade maiores que o crescimento do PIB, sem uma

reforma tributária que desonere os trabalhadores, que são quem o sustenta, com essa estrutura regressiva de impostos, todo o Orçamen-

to não vai se concretizar, ou até vai, mas mais uma vez onerando ainda mais a classe trabalhadora e os setores médios.

NADA DE PROGRESSIVO

Marco fiscal não tem avanço nenhum

Alguns argumentam: ao menos, na pior das hipóteses de uma crise econômica e uma recessão, com a consequente queda de receita, a nova regra garantiria um aumento mínimo de gasto real, mesmo que só de 0,6%, não é? O que não é dito é que esse “aumento” não acompanha nem mesmo o crescimento médio da população, de 0,7% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, per capita (por pessoa), podemos ter uma redução nos gastos públicos nos próximos anos.

Nos discursos que apontam o caráter “menos pior” do tal arcabouço em relação ao teto está um suposto elemento “anticíclico” das medidas. Esse é o nome que os keynesianos dão para o aumento dos gastos como panaceia para se combater uma crise econômica. Porém, é ridículo chamar de “anticíclico” um aumento de 2,5%, num exercício meramente hipotético de um período de bonança, partindo de um patamar já rebaixado e com o atual nível de degradação econômico e social.

Aliás, esse é um dos erros mesmo dos setores críticos, que comparam o nível de gasto possibilitado pelo novo arcabouço com o de anos an-



teriores. Não é só que vai diminuir, mas vai diminuir após anos de crise econômica, depois de uma pandemia que reduziu a pó 10% da renda média dos brasileiros (chegando a mais de 20% no caso dos mais pobres), numa esteira de desemprego, informalidade e

precarização avassaladores, com o aumento da pobreza, da miséria e o ressurgimento do fantasma da fome. E ainda com os sinais de uma nova crise se armando num horizonte não tão distante.

O novo arcabouço fiscal, assim, mantém e per-

petua uma política econômica que visa a transferência de riquezas produzidas pelos trabalhadores e o conjunto da população a banqueiros e bilionários. É uma sequência da política de espoliação e pilhagem, eliminando até mes-

mo a possibilidade de mecanismos de contenção e amortecimento do impacto social, mesmo extremamente insuficientes, como foram outrora o Bolsa Família ou o Auxílio Emergencial arrancado durante a pandemia.

PAULO “HADDAD” OU FERNANDO “GUEDES”?

Desvinculações na mira de Haddad



Ministros Fernando Haddad e Simone Tebet anunciam novo arcabouço fiscal

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Haddad mostrou que o novo arcabouço fiscal é apenas o primeiro passo para um redesenho da política fiscal e econômica do governo Lula. Na verdade, um passo para trás.

Com o novo marco aprovado, e a reforma tributária encaminhada (que mantém o caráter regressivo dos impostos no Brasil, com os pobres pagando e os super-ricos isentos), Haddad quer apresentar uma nova regra a Lula para os gastos vinculados ao Orçamento. Ou seja, seria de-

satrelar a saúde dos 15% obrigatórios que ela voltaria a ter com o “fim” do teto, e a educação dos 18%. Lembrando que “desvincular” era uma das declaradas obsessões de Paulo Guedes no governo Bolsonaro.

Mas não só saúde e educação seriam desvinculados, como também os reajustes do salário mínimo, consequentemente as aposentadorias, e os salários dos servidores. “Está na hora de a gente ter uma regra mais sustentável”, afirmou o ministro. Haddad aventa a

possibilidade de mudar a vinculação por outra regra a fim de supostamente “proteger” os investimentos nessas áreas. Porém, observando o caráter do arcabouço fiscal, da reforma tributária e demais medidas da política econômica do governo, fica bastante difícil acreditar que essa proposta vem realmente para garantir mais recursos aos serviços públicos e aos trabalhadores.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3KXLKJA](https://bit.ly/3KXLKJA)

SUSPENSÃO NÃO, REVOGAÇÃO!

Seguir lutando contra o Novo Ensino Médio!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZUXRVB](https://bit.ly/3ZUXRVB)

MARCOS K. E MATHEUS MELLO,
DO REBELDIA

Estudantes e jovens do país inteiro receberam com ânimo a notícia, na semana passada, de que o governo federal suspenderia a aplicação do Novo Ensino Médio (NEM), inclusive cancelando a sua implementação na edição do Enem deste ano. Isso foi uma vitória importante, em especial do movimento estudantil, que há meses realiza uma intensa pressão para que Lula revogue o NEM.

Porém, é importante que as intenções do governo fiquem nítidas para todos os estudantes e ativistas. Conquistamos a suspensão do NEM, porém não sua revogação. Diante da forte pressão, o governo decidiu rediscutir o projeto, “aprimorá-lo”, nas palavras do ministro da Educação, Camilo Santana, para eventualmente voltar a implementá-lo. O próprio Lula foi bem categórico sobre isso, dizendo, na quinta passada (dia 5/4): “Não vamos revogar. Suspendemos e vamos discutir.”

A luta contra o NEM, portanto, está longe de terminar. Com nossa luta e pressão, ar-

rancamos uma primeira vitória, que foi a sua suspensão. Mas não podemos parar por aqui. Pois não há “aprimoração” possível no NEM que mude o seu caráter essencialmente reacionário. O projeto deve ser revogado em definitivo, e é necessário que o movimento estudantil siga se mobilizando para arrancar essa conquista. As direções das grandes entidades estudantis, como a União da Juventude Socialista (UJS), que dirige a União Nacional dos Estudantes (UNE), devem seguir organizando a luta e exigindo de Lula a revogação do NEM, e não apenas sua suspensão!

Não há aprimoração possível no NEM que mude o seu caráter reacionário. O projeto deve ser revogado em definitivo. É necessário que o movimento estudantil siga se mobilizando para arrancar essa conquista

BRASIL CAPITALISTA

O NEM demonstra qual o projeto de educação reinante em nossa sociedade

O NEM é uma desgraça, que vem para piorar aquilo que já estava bem ruim: a educação dos trabalhadores e pobres. É uma medida que busca adequar o ensino dos trabalhadores às necessidades dos empresários, do “mercado de trabalho”, do lucro dos bilionários. E isso é assim porque na sociedade em que vivemos o projeto da educação está subordinado ao projeto daqueles que dominam a sociedade. Para

romper com essa lógica, arrancar a educação das garras dos bilionários e empresários, precisamos sim derrotar o NEM. Porém, precisamos ir além: construir outro tipo de sociedade, com os trabalhadores, povo pobre e sua juventude dirigindo-a, para assim poder construir um projeto de educação que sirva não aos interesses dos bilionários, mas dos trabalhadores, povo pobre e sua juventude.

ENTENDA

4 motivos por que devemos derrotar o novo ensino médio

1 Aumenta a desigualdade entre as escolas dos ricos e dos pobres

A ideia vendida de que os estudantes terão “liberdade de escolha” para decidir um itinerário formativo é totalmente falsa. Sabemos que enquanto nas escolas particulares dos ricos, há tecnologia, professores e instalações de sobra que permitiriam ao aluno escolher de fato o que deseja estudar, nas escolas privadas menos caras e nas públicas reina o sucateamento, o que significa que as opções dos estudantes serão limitadas, e eles serão obrigados a aceitar aquelas disciplinas que forem ofertadas. Portanto, para os ricos, a mais ampla liberdade de escolha, e para os pobres, a imposição, produto do sucateamento. E, assim, fica cada vez mais gritante a desigualdade entre as escolas dos ricos e dos pobres.

2 Condena os estudantes pobres a um acesso inferior ao conhecimento científico

Enquanto nas escolas dos ricos, os recursos tecnológicos permitem a criação de verdadeiros centros de excelência, nas dos pobres, o NEM retira do currículo dos estudantes disciplinas como Artes, Filosofia, Educação Física, História, Geografia, que são parte integrante daquilo que a humanidade tem acumulado de conhecimento científico. Elas podem ser substituídas por disciplinas sem conteúdo, como “Brigadeiro caseiro”, “Projeto de Vida”, “O que rola por aí?”, o que na prática joga todo jovem que for obrigado a fazer essas disciplinas num patamar superior de ignorância e de distanciamento do conhecimento humano sobre o mundo.

3 Rebaixa o nível da educação para atender a relações de trabalho precarizadas

A substituição de disciplinas de conhecimento científico por essas disciplinas sem conteúdo só demonstra o que é que o mercado precisa neste momento: não de trabalhadores qualificados, mas de trabalhadores “resilientes”, com espírito “empreendedor”, que saberão viver de bicos e suportar o adoecimento que a sociedade causa. Isso só demonstra que o NEM veio para fazer com que o ensino corresponda a relações de trabalho mais precarizadas, informais e rebaixadas.

4 Abre as portas para o setor privado e ataca os profissionais da área

Os “tubarões do ensino” já são parte dos maiores grupos empresariais do Brasil, e têm uma atuação ainda bastante localizada no ensino superior. O NEM é a primeira grande brecha que permite a entrada do setor privado na educação básica, que ainda é no país majoritariamente pública. Além disso, introduz o profissional com “saber notório”, o que ataca diretamente os professores, diminuindo as exigências para quem precisa dar aula, o que leva a demissões e precarização de seu trabalho.

VIOLÊNCIA

Violência contra mulher: justiça burguesa reproduz o machismo e protege os seus

**MARCELA AZEVEDO,**
DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

Em matéria veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, no dia 2 de abril, o juiz Valmir Maurici Junior, da 5ª. Vara Civil de Guarulhos (SP), foi acusado pela esposa de praticar violência psicológica, física e sexual, além de ameaçá-la de morte constantemente. A mulher apresentou vídeos que evidenciam as agressões e revelou o conteúdo de um cofre que continha material no qual outras mulheres sofriam violência ou tinham relações sexuais registradas sem consentimento.

Tanto nos áudios apresentados quanto nos relatos da vítima, é possível identificar a certeza de impunidade cultivada pelo juiz, apontando sua posição de poder e os contatos na polícia como avalizadores de suas ações. Lamentavelmente ele não está totalmente errado! Parte do material revelado foi produzido ao longo, pelo menos, dos últimos dez anos. Em entrevista ao G1, a mulher reproduz o discurso

do marido: “Pode ir pra polícia. Leve seus vídeos. Quando você chegar na delegacia, eu vou ser avisado. Porque eu sou um juiz, e você é só mais uma mulher louca. Não vai acontecer nada comigo. Eu nunca vou preso, eu tenho os amigos certos, pessoas influentes e poderosas. Você só vai passar vergonha, você vai ser ridicularizada.”

Não é um caso isolado

Esse não é um caso isolado de denúncia de magistrados e suas ações de violência e machismo. Em setembro do ano passado o juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2ª Região) de São Paulo, Marcos Scalécio, foi acusado de praticar assédio e importunação sexual por três mulheres, sendo uma estudante de um cursinho preparatório onde ele dava aulas, uma funcionária do TRT e uma advogada. As três já haviam denunciado, em 2021, por duas vezes, a má conduta do juiz no Tribunal, porém nenhuma investigação foi feita,



ta, sob a argumentação de falta de provas, e o processo foi arquivado. No segundo semestre de 2022, quando o Me Too Brasil, rede de denúncia de casos de violência e abusos, juntamente com o G1, deu visibilidade ao caso, ao menos 96 mulheres fizeram relatos sobre a postura assediadora do magistrado, inclusive, seis delas o acusam de estupro.

POSTOS DE PODER

As instituições burguesas reproduzem o machismo e escancaram o seu caráter de classe, quando seus mecanismos servem para proteger os homens que estão em postos de poder. Marcos Scalécio foi afastado de seu cargo, porém mantém o recebimento do salário de juiz, e a penalidade máxima que pode sofrer dentro do Tribunal é a aposenta-

doria compulsória que também manterá sua remuneração. Já o juiz Valmir Maurici Jr. está de férias no momento, segue sob investigação do Ministério Público, e sua defesa nega veementemente as acusações, apesar das provas. Além disso, o juiz acusa sua esposa de roubo qualificado, por ter levado da casa, onde ela também morava, o cofre com material de agressão às outras mulheres.

NENHUMA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Juiz Valmir Maurici Junior

Basta de machismo e violência contra as mulheres

Esses casos se somam a outras denúncias de machismo no sistema judiciário brasileiro. Ofensas machistas e táticas sexistas para desmoralizar mulheres dentro dos tribunais são mais comuns e frequentes do que se imagina. Em 2021, após o vazamento da audiência de Mari Ferrer, em novembro do ano anterior, quando a jovem foi humilhada e agredida verbalmente pelo advogado de defesa do réu acusado de tê-la estuprado, a repercussão foi tão grande que vários relatos de outras mulheres que foram vítimas de desrespeitos por parte

de advogados e juízes surgiram, a ponto de o Conselho Nacional de Justiça chegar a aprovar uma recomendação para que os tribunais brasileiros gravem todos os atos processuais, sejam eles feitos de forma presencial ou online. Também foi somente em 2021 que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o uso da tese da “legítima defesa da honra” para defender e absolver feminicidas.

Devemos exigir justiça e o fim da impunidade, mas sabemos que essas conquistas só virão por nossas próprias mãos, com organização

e luta. Não podemos ter nenhuma confiança que essas instituições, por si, mudarão sua conduta. Somente a pressão por baixo é que pode reverter essa situação. Por outro lado, é necessário combinar o enfrentamento a todo tipo de opressão e violência às mulheres com a luta pelo fim do sistema capitalista de exploração e opressão, pois suas instituições são um reflexo dessa sociedade que se beneficia do machismo e da nossa condição para seguir explorando as mulheres trabalhadoras. Portanto, não têm comprometimento real com a nossa emancipação.

VIOLÊNCIA

Atentados contra escolas: por que acontecem? O que podemos fazer?

DEYVES BARROS,
DE SÃO PAULO (SP)

Depois dos tristes episódios de ataques em escolas em Blumenau (SC) e na capital paulista, está ocorrendo uma série de ameaças em escolas por todo o país. Esse é um problema que vem se agravando.

Quando fechávamos a edição deste jornal, disseminava-se pelas redes sociais a ameaça de que usariam o aniversário do massacre escolar de Columbine, nos EUA, para atacar escolas. Isso exige assembleias, organização e mobilização de pais, alunos, professores e funcionários e medidas emergenciais de autodefesa. Ao mesmo tempo, é preciso fazer um debate sobre as raízes dessa violência nas escolas e das saídas que efetivamente possam resolver pela raiz tal situação.

Um levantamento feito por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) registrou 22 ataques a escolas de 2002 a 2023 no Brasil. Do ano passado para cá, o número de atentados já é maior que o total registrado nos 20 anos anteriores. Afinal, o que está acontecendo para que atos tão bárbaros estejam se tornando rotina em nosso país?

O CAPITALISMO ESTÁ LEVANDO O MUNDO PARA A BARBÁRIE

Por que dizemos que atentados em escolas são problemas do capitalismo? Porque o sentimento que leva jovens a cometerem esse tipo de crime cresce justamente pela falta de perspectiva, pelo aumento da violência da sociedade e pelos preconceitos contra setores oprimidos (mulheres, negros, imigrantes, LGBTIs etc.).

Todos esses problemas são expressão da decadência capitalista que, neste momento, são impulsionados pelos grupos ligados à ultradireita, um produto desse sistema doentio.

Em uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), ao serem perguntados se o mundo está se tornando um lugar melhor, somente 31% dos jovens brasileiros achavam que sim. A ampla maioria pensava que o mundo está se tornando um lugar pior. Já uma pesquisa do Datafolha de 2022 apontava que 80% dos jovens passaram por algum problema de saúde mental nos últimos anos.

É a sede insaciável de lucros da burguesia que alimenta as contradições sociais que geram a falta de perspectiva, os preconceitos e a própria violência. Governos e empresários de educação mantêm um sistema edu-



cacional sucateado, opressor e repressivo, onde não se garante um ambiente saudável na escola, propiciando o adoecimento geral. É preciso mudar o atual modelo de educação e a escola, que atualmente é a reprodução do funcionamento "normal" da sociedade capitalista de individualismo, competitividade, opressão e repressão.

Lutar por uma escola e a

educação diferentes é lutar para colocá-la a serviço da luta dos trabalhadores contra o capitalismo, pois enquanto essa sociedade existir, estaremos sempre submetidos aos governos e à lógica do sistema capitalista que superexplora os professores e funcionários e deixa a escola à mercê da decadência da sociedade capitalista atual, da qual a extrema direita é uma expressão.

ÓDIO

Combater a ultradireita e seus discursos de opressão e discriminação

Os grupos de ultradireita que se proliferam na internet e em plataformas de jogos online, em especial após a vitória de Bolsonaro em 2018, são parte do processo de cooptação de jovens para práticas de atentados violentos como os que aconteceram nas escolas.

Discursos como os de Bolsonaro e seus aliados contra mulheres, LGBTIs, negros, indígenas etc. levam a uma lógica supremacista que provoca a discriminação, busca

a desumanização de grupos inteiros e os torna vítimas em potencial. Esses grupos de ultradireita, muitos de caráter neofascista, canalizam a violência causada pela barbárie capitalista não contra a burguesia que é responsável por ela, mas contra setores oprimidos ou indefesos, como as crianças.

Não há como ter uma política consequente contra o aumento de atentados contra escolas sem combater a fundo esses grupos e seus porta-vozes, como Bolsonaro.

Além de representar um investimento limitado, todo o esforço do governo Lula está concentrado em uma resposta policial (patrulha escolar e investigação).

NÃO RESOLVE

Medidas do governo Lula são mais que insuficientes



Poucos dias após anunciar seu novo marco fiscal, que garante restrição de gastos sociais para priorizar o pagamento de banqueiros, Lula destinou o valor de R\$ 150 milhões para o combate à violência nas escolas. O equivalente a menos de R\$ 700,00 para cada escola do país.

Além de representar um investimento limitado, todo o esforço do governo Lula está concentrado em uma resposta policial (patrulha escolar e investigação).

Seria necessário que o governo investisse recursos para diminuir a quantidade de alunos por sala de aula e aumentar o número de funcionários de apoio nas escolas, possibilitando o acompanhamento adequado dos alunos.

Mas, para isso, o governo precisaria aumentar a verba da educação, o que não poderá fazer com um orçamento que privilegia os interesses dos bancos.

Também precisaria revogar o Novo Ensino Médio, que é um modelo de educação voltado para atender as necessidades do mercado, e a reforma trabalhista, que precariza as condições de trabalho da juventude, fazendo com que não tenham perspectivas de futuro.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3GA5UMM](https://bit.ly/3GA5UMM)

POR QUE NÃO RESOLVE?



Policiamento nas escolas não é a solução

Diante da situação de medo criada pelos ataques, vários políticos, em maioria ligados a essa ultradireita bolsonarista defendem o aumento da violência do Estado e o policiamento das escolas.

Mas não existe nenhuma comprovação científica de que colocar policiais armados em escolas resolva a questão, ao contrário, pode acabar gerando problemas colaterais.

As escolas, que precisam ser um espaço de aprendizado e acolhimento, acabarão se tornando espaços ainda mais violentos e repressivos para crianças, adolescentes e profissionais da educação, em especial para os negros.

Isso não quer dizer que defendemos que os autores de atos como o de Blumenau não sejam punidos. Muito pelo contrário. Precisam ser punidos exemplarmente. Mas o que estamos discutindo é quais medidas emergenciais são efetivas para impedir novos atentados agora, e quais estruturais são necessárias para acabar de vez com isso. E o policiamento das escolas não é a solução.

A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Normalmente quem defende o aumento do uso da força

policial se apoia na experiência dos EUA. Mas justamente o caso desse país comprova a ineficácia dessa lógica.

Nunca os EUA gastaram tanto com segurança escolar e também nunca houve tantos atentados com mortes em escolas naquele país. Atualmente 51% das escolas dos EUA têm guardas com armas de fogo. Mas isso não fez diminuir o número de atentados, ao contrário, 2021 e 2022 foram os anos com maior número de atentados a escolas com mortos na história do país. Um estudo do Instituto Nacional de Justiça dos EUA aponta que o número de mortes em escolas com guardas armados tendia a ser quase três vezes maior do que naquelas sem seguranças armados.

EFEITO CONTRÁRIO

Além do mais, o policiamento pode gerar um efeito contrário, de aumento dos casos de violência e de evasão escolar.

A polícia brasileira é uma instituição de um Estado racista e utiliza sua força como mecanismo de controle e repressão da população pobre e negra, principalmente nas periferias. As frequentes mortes evitáveis e prisões arbitrárias nas periferias são uma expressão disso.

AUTO-ORGANIZAÇÃO

A comunidade escolar deve se auto-organizar para se defender

Diante desse problema real, a comunidade escolar (professores, servidores, mães, pais, estudantes e população do entorno das escolas) deve se organizar para prevenir e se defender de possíveis ataques.

Nos dias dos atentados, diante de novas ameaças, escolas de São Paulo usaram grupos de whatsapp para organizar a paralisação das aulas. Esse tipo de iniciativa mostra que a comunidade pode estar mobilizada para se prevenir. A comunidade escolar pode e deve

controlar e cuidar da sua defesa.

Uma hipótese de como isso poderia funcionar seria que os membros da comunidade escolar elegessem brigadas dentro da própria comunidade (mães, pais, funcionários, ex-alunos adultos) que pudessem cuidar da segurança e do acesso às escolas. Seria necessário que o governo financiasse essas brigadas de pessoas da própria comunidade e eleitas por ela.

Ao invés de colocar policiais armados que desconhecem os

estudantes e profissionais, isso garantiria mais proximidade com a própria escola, mais confiança, segurança e maior possibilidade de identificar casos.

Dizemos que esse funcionamento é uma hipótese porque a própria comunidade escolar organizada encontrará as melhores formas de se defender. Os governos, ao invés de propor medidas repressivas de baixo para cima, precisam ouvir os envolvidos e construir alternativas junto com eles.

SAÍDA

Propostas emergenciais para combater ataques em escolas

- **Auto-organização da comunidade escolar para se defender:** realizar assembleias nas escolas junto à comunidade escolar, grêmios e sindicatos para debater e votar uma brigada eleita, composta por pais, estudantes, professores e funcionários. O governo deve financiar (garantir salário para) essas brigadas eleitas pela comunidade e, se elas exigirem, garantir treinamento.
- **Parar o Brasil no próximo dia 20 de abril contra a violência nas escolas,** exigir investigação, prisão e punição exemplar dos envolvidos em ameaças na web; e pela autodefesa das escolas.
- **Construção de um plano em conjunto com educadores, estudantes, funcionários, pais e pessoas que vivem o problema do aumento da violência nas escolas** que poderão propor medidas que ajudarão a impedir novos casos. É necessário investir em pesquisa para entender o que realmente pode dar resultado.
- **Reduzir o número de alunos por turma e contratar funcionários:** não é possível para o professor, em uma turma superlotada, dar a devida atenção aos alunos, nem aos alunos terem espaço e liberdade para discussão e perceber comportamentos estranhos. Nem existem funcionários suficientes para cuidar das escolas. O governo precisa aumentar o orçamento da educação e investir em uma estrutura adequada.
- **Investimento em polícia investigativa:** ao invés de policiar as escolas, é necessário apostar em investigação, através de grupos da Polícia Civil específicos para esse fim. A maioria dos casos pode ser desmantelada antes que aconteça. Assim como criar canais de denúncia anônima e combate às fake news.
- **Apoio psicológico:** investimento no SUS para garantia de mais profissionais que possam sustentar o apoio psicológico demandado pela mediação escolar e brigadas escolhidas por alunos, pais, professores e funcionários.
- **Política de combate ao racismo, machismo, LGBTIfobia, xenofobia e toda opressão dentro e fora das escolas:** os grupos de ultradireita se apoiam em ideologias preconceituosas para cooptar jovens para ações violentas. É preciso combater esses preconceitos.
- **Revogar Novo Ensino Médio e reforma trabalhista:** a falta de perspectivas para a juventude está na raiz do aumento da violência escolar e de casos extremos, como os atentados. É preciso assegurar o direito ao futuro melhor para os jovens. Devemos exigir que Lula revogue integral e imediatamente todas as reformas que retiram direitos.

POLÊMICA

A tese do governo em disputa não se sustenta

**JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO**

É comum ouvirmos que o governo Lula estaria em disputa, e que a esquerda deveria disputar os seus rumos. Guilherme Boulos sintetizou bem isso no ano passado quando falou: “Eu defendo que o PSOL integre a base de apoio ao Lula. O governo será de frente ampla, e nós temos que disputar internamente

espaços para puxar a agenda do país para a esquerda”.

DA ONDE VEM A POLÍTICA REGRESSIVA DO GOVERNO?

O governo ser de “frente ampla” significa que, em sua composição, há nomes de diversos setores políticos. Atualmente, isso inclui nomes da direita tradicional, como Alckmin, que foi do PSDB por muitos anos, passa por José Múcio, que elogiou Bolsonaro, e Daniela Carneiro, ligada às milí-

cias do União Brasil. Sem contar os vários ministérios do PT e até Sonia Guajajara do PSOL.

Mas esta amplitude seria a comprovação de que o governo estaria em disputa? Vejamos. O próprio Lula diz que nada é aprovado sem o seu aval, então, há um programa comum entre todos os setores presentes no governo, que é demonstrado justamente pela submissão ao projeto do PT.

Se o governo está em disputa, como é que o arcabou-



ço fiscal é criado pela suposta “ala esquerda”? Afinal, este projeto conta com o aval de Lula e foi construído por Haddad do PT. Só se

pode concluir que vem do próprio PT e Lula um programa de administrar o capitalismo e garantir os interesses da burguesia.

PARA QUEM GOVERNA?

A serviço de quem está o governo Lula

O governo do PT tenta fazer parecer que governa para todos nos marcos do sistema capitalista que administra. Mas não é possível governar para todos porque os trabalhadores e a burguesia têm interesses antagônicos. Em uma fábrica, até mesmo para aumentar o salário é preciso enfrentar o patrão e ir à luta. Em uma greve, qualquer um que tente ver o lado do patrão e do trabalhador rapidamente é identificado como pelego. No país é a mesma coisa, só que em um grau muito maior.

Podem nos questionar dizendo que se trata de um governo burguês, mas com um setor da burguesia progressiva. Mas aí teriam que apontar qual setor burguês é esse. Lemann, um dos mais ricos do Brasil e responsável por quebrar as Americanas com falcatruas? Os irmãos Joesley, bilionários do agronegócio responsáveis por toda sorte de maracutais reveladas no tempo do Temer? Pois é, estes dois tem ligações com o governo Lula. Assim como Trabuço do Bradesco e setores majoritários do imperialismo mundial.



Reunião do PT com Arthur Lira.

UM GOVERNO HÍBRIDO?

Claro, nem todo governo capitalista ou burguês são iguais. Por exemplo, o governo Lula é bem diferente do que foi Bolsonaro. Mas, por esta diferença, quer dizer que o setor burguês encabeçado por Lula seja progressivo e deve ser apoiado pelos trabalhadores? Não. Seria mais preciso dizer que são dois setores burgueses: um que apoia o projeto de ditadura com Bolsonaro, e outra ala que se coloca ao lado da democracia burguesa, através de Lula. Nenhum

deles representam uma alternativa para os trabalhadores.

E não há um meio termo. Não existe um governo híbrido “meio capitalista e meio socialista”, a não ser que se faça coro com o discurso liberal, que afirma que o socialismo seria “mais Estado”, enquanto o capitalismo seria menos, o que é falso.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Aqui é quando recorrem à artimanha da correlação de forças, que seria a explicação de todos

os males. Só esquecem de se perguntar o que define a correlação de forças. A atuação do PT, de Lula e a política que defendem, as ações que tomam, não são elas também parte da correlação de forças?

Só para ficar em um exemplo: a ultradireita segue com seu projeto autoritário que se ampara em Bolsonaro, na extrema direita do Congresso e nos militares. Lula não está usando o aparato do Estado para der-

rotar este setor reacionário, pelo contrário, tenta pactuar e fazer um acordão. Isso vai ter um impacto na correlação de forças ali na frente.

Assim como governar o capitalismo em aliança com a burguesia e o centrão também ajuda a correlação de forças a ir para direita, não à esquerda. Então, esta lógica de supostamente ceder tudo em nome da governabilidade ajuda a direita e a burguesia, não para avançar as pautas dos trabalhadores ou sua organização.

DISPUTA?

Guilherme Boulos não fez nenhuma crítica ao arcabouço fiscal de Haddad



O PSOL e a disputa de um suposto campo progressivo

O problema da tese do “governo em disputa” piora quando vemos que, na realidade, não há disputa alguma. Boulos, que diz que sua política de adesão ao governo é para “puxar a agenda do país para a esquerda”, não disse nada sobre o novo arcabouço fiscal. O presidente do PSOL, Juliano Medeiros, disse que tomarão a decisão no dia 15 de abril.

Mas dado que ambos comemoraram efusivamente os 100 dias do governo e todas as medidas, sem críticas e com tudo levando a crer que seguirão na base do governo, a pergunta que fica é: que disputa estão fazendo?

Inclusive, mesmo se fizessem críticas de fato, isto ainda se daria nos marcos de um governo capitalista, haja visto ser impossível disputá-lo para um programa da classe trabalhadora, justamente porque não tem como disputar um governo burguês para ser anti-burguês.

CONTRADIÇÃO

A contradição reside no fato de que, se Boulos e o PSOL quiserem disputar o governo para esquerda, terão que se enfrentar com todo ele, incluindo o próprio PT. Então, ficaria evidente que a suposta ala progressiva é responsável pelas medidas regressivas.

Das duas uma: ou a disputa que fazem é impossível sem causar uma ruptura do governo devido a incompatibilidade dos programas dos trabalhadores com a burguesia; ou a disputa

que fazem se dá em base a outro programa que não é o dos trabalhadores.

O PSOL vive, na verdade, prisioneiro de um dos campos burgueses e refém de um programa capitalista de aliança com a burguesia. Esta é a prova de que estar dentro do governo atual não ajuda a construir um campo alternativo aos campos burgueses, nem contribui para a organização, mobilização e consciência dos trabalhadores.

CORRENTES DO PSOL QUE FAZEM ALGUMA CRÍTICA

Há setores do PSOL que tem uma postura um pouco diferente. O MES (Movimento de Esquerda Socialista) diz que defende as medidas progressivas e critica as regressivas. Ao mesmo tempo que criticam o arcabouço fiscal, elogiam as demais medidas e chamam de vitória os 100 dias de Lula. A Resistência vai por um caminho parecido ao defender que não apoiar as medidas progressivas é um erro sectário.

Defender as medidas que consideram progressivas e criticar as regressivas também fortalece o governo. Não ajuda os trabalhadores a enxergarem o real caráter e o papel do governo na preservação dos acordos com a direita e na manutenção dos interesses dos capitalistas. Com mais ou menos críticas, esta política, na prática, se transforma em apoio permanente ao próprio projeto do governo, ou a ideia falsa da possibilidade de mu-

dar o governo por dentro.

As medidas do governo não servem como ponto de partida para a emancipação dos trabalhadores. Na verdade, é o oposto, servem para atender a burguesia, retroceder a consciência e o nível de organização do povo.

As medidas anunciadas pelo governo nesses 100 dias são muito pouco. Estamos falando de, por exemplo, R\$ 70 bilhões para o Bolsa Família, e R\$ 215 bilhões de dividendos aos acionistas da Petrobras. O que Lula vem fazendo está em sintonia com o que defende a OCDE ou o próprio governo Biden. Um setor do imperialista defende uma política econômica mais “anticíclica”, que permita certo nível de gastos públicos a fim de retomar o crescimento e políticas sociais compensatórias. Por isso, o mercado comemora o arcabouço e ainda a retomada de projetos petistas. Trata-se de uma tentativa de retomar o patamar de lucratividade do capital.

Devemos sim defender as conquistas dos trabalhadores, ou mesmo medidas progressivas, quando atacadas pela ultradireita. Mas a condição para isso é que de fato sejam atacadas. Mas, mesmo aí, é preciso fazer exigências ao governo para termos mais, e denunciar as insuficiências, dado que nenhuma “medida progressiva” no capitalismo, por si só, irá resolver os problemas da vida do nosso povo.

TAREFA

Explicar pacientemente que o governo Lula não é aliado dos trabalhadores

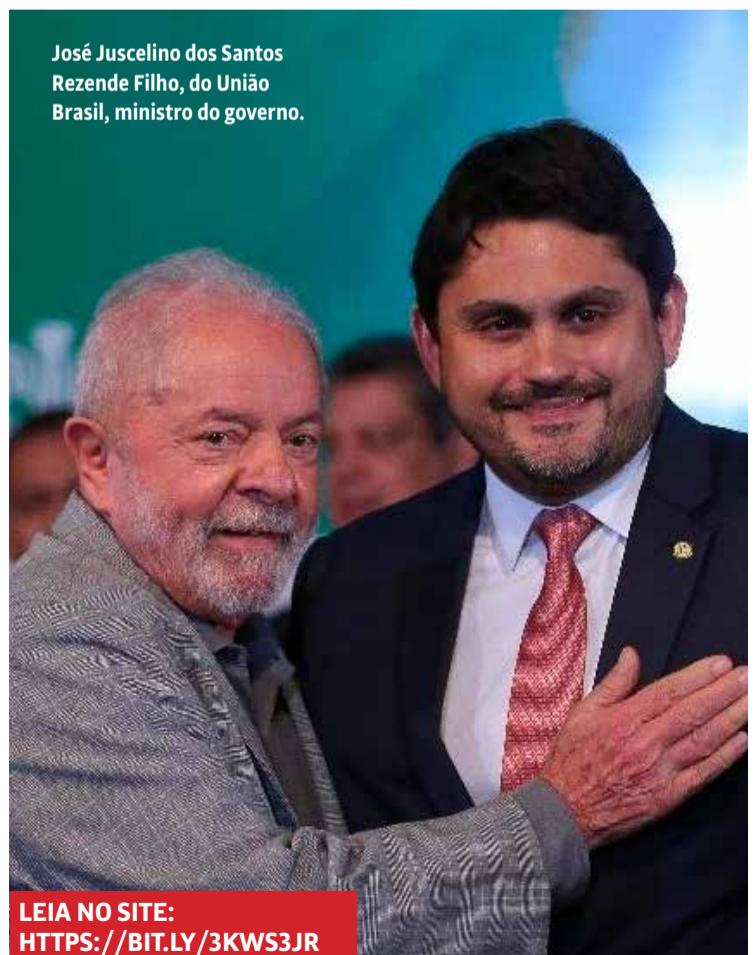
Outra forma de capitular ao governo é não tendo política para o governo. Por exemplo, o PCB e o próprio MES, dão como saída organizar as lutas imediatas dos trabalhadores, falam em se manter independente do governo, o PCB chega até mesmo a saltar para socialismo, poder popular, etc., mas não dizem qual deve ser a política em relação ao governo. São situação ou oposição? Temos que explicar aos trabalhadores que este governo não é seu ou não? Então, qual palavra de ordem devemos usar para ajudar a desmascarar e demonstrar o seu verdadeiro de caráter de classe?

A Resistência, nesse ponto, é mais coerente e defende uma política de exigir que o governo burguês de Lula e o PT rompa com a burguesia. Falam que seria uma política tática para disputar a consciência. Mas é incompreensível, afinal, se o governo Lula romper com a burguesia, continuaria sendo burguês, dada a natureza atual do PT e de seu projeto. Então,

esta “tática” mais serve para confundir do que explicar a natureza do governo, já que seria o mesmo que esperar que o PT rompesse consigo próprio.

Os perigos desse governo Lula 3 são maiores do que no passado, porque hoje existe uma oposição de ultradireita forte e que está à espreita esperando a desmoralização do governo para retomar o caminho do seu projeto autoritário. Precisamos dizer aos trabalhadores que Lula e o PT, ao escolher o caminho que escolheram, terminarão ajudando a direita e a ultradireita novamente. No fim e ao cabo, precisamos preparar as lutas do povo contra este governo, exigindo suas reivindicações e, junto com isso, explicar que este não é seu governo, que não é possível confiar em Lula e que é preciso fortalecer um projeto que enfrente o capitalismo. E isso passa por fortalecer uma organização política dos trabalhadores, socialista e revolucionária.

José Juscelino dos Santos Rezende Filho, do União Brasil, ministro do governo.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3KWS3JR](https://bit.ly/3KWS3JR)

VIOLÊNCIA

A crise de segurança pública no Rio Grande do Norte

MARIA COSTA,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

No dia 14 de março último foi deflagrada, por uma facção criminosa, o Sindicato do Crime (SDC), uma onda de ataques a instituições públicas e privadas em várias cidades do Rio Grande do Norte (RN). Ônibus, um Fórum de Justiça, bases da PM, uma Prefeitura, estações de trem e um banco foram incendiados ou atacados a tiros. Foram registradas cerca de 300 ocorrências em dez dias, em pelo menos 39 cidades. Os ataques foram deflagrados, segundo comunicado do SDC, em protesto contra as condições degradantes e desumanas dos presídios, exigindo maior acesso a visitas e o fim da proibição das visitas íntimas.

O QUE É O SINDICATO DO CRIME

É uma facção que surgiu por volta de 2013 nos presídios do Rio Grande do Norte a partir de dissidências do Primeiro Comando da Capital (PCC), por atritos em sua própria cúpula no

estado, mas também por uma grande resistência às regras internas e ao modo de atuação do PCC. Atualmente é a facção dominante no RN, controla a esmagadora maioria dos presídios e tem cerca de 4 mil membros.

AS FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL

Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2022 existem 53 facções no Brasil (não estão contabilizadas as milícias), quase todas se organizam em nível estadual, à exceção do PCC e do Comando Vermelho (CV), que atuam em vários estados.

Ainda que tenham origem na resposta às condições desumanas nos presídios, as facções evoluíram para se tornar organizações dedicadas a negócios capitalistas ilegais, especialmente o tráfico de drogas, mas também tráfico de armas e de seres humanos, assaltos, contrabando, garimpo ilegal etc.. Seu objetivo central é o lucro.

Ao serem negócios ilegais, a disputa de mercado não se dá pelos mecanismos normais dos negócios legais. A conquista de

Rebelião em presídio do RN.



territórios e rotas de transporte muitas vezes se dá pela via armada, o que não exclui que se façam pactos e negociações entre facções.

As guerras entre facções criminosas geram ondas de violência que aterrorizam as populações, fazem disparar o número de homicídios, com muitas vítimas de bala perdida. Além disso, muitas vezes as facções oprimem e aterrorizam as pessoas que vivem nos territórios que dominam.

Cenas dos ataques no RN



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UTBSVT](https://bit.ly/3UTBSVT)

ESCOLAS DO CRIME

As condições desumanas dos presídios do Rio Grande do Norte

As condições às quais estão sistematicamente sujeitos os presos no RN seriam consideradas criminosas até em estabelecimentos que abrigam animais. Apresentamos apenas algumas das situações apontadas pelo relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) publicado neste ano:

Superlotação: déficit de 2.100 vagas, o caso mais dramático é o da penitenciária de Alcaçuz, que tem 967 vagas, mas 1.846 presos; celas para 16 pessoas chegam a ter 60, e numa cela individual estavam nove pessoas.

Falta de higiene: o estado proíbe o uso de papel higiênico, a água só está disponível nas celas por 20-30min., três vezes ao dia, para ingestão, higienização das roupas, das celas e higiene pessoal. Inúmeras celas têm vasos entupidos.

Fome e sede: a alimentação fornecida é imprópria para o consumo, com odor fétido que causava enjoo assim que as tampas das marmitas eram retiradas. As famílias são proibidas de levar comida. Os presos não têm onde estocar a pouca água que é disponibilizada, por exemplo, as nove pessoas na cela individual só tinham dois tubos de shampoo vazios para armazenar água.

Disseminação proposital de doenças: pessoas com tuberculose ativa, muitas vezes escarrando sangue, ficam em celas superlotadas e sem ventilação; pacientes com sarna e furúnculos não têm acesso a tratamento.

Tortura: inúmeros presos apresentam lesões provocadas por balas de borracha; é comum o uso de spray de pimenta dentro das celas. Há pessoas obrigadas a dormir sem colchão, mesmo havendo colchões disponíveis.

AUMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA APÓS A APROVAÇÃO DA LEI DE DROGAS -2006



LGBTIfobia: na cadeia de Ceará Mirim, as LGBTI não têm acesso a banho de sol nunca.

Denúncias como essas não são de agora. Há inúmeros relatórios mais antigos que reportam as mesmas condições, que são de amplo conhecimento dos sucessivos governos, inclusive da atual governadora Fátima Bezerra, do PT.

SAIBA MAIS**Como surgiram as facções no Brasil?**

Tanto o Comando Vermelho (CV) quanto o PCC surgiram a partir da organização de presos contra as condições desumanas das prisões. Relatos sobre a vida no presídio da Ilha Grande, “Caldeirão do Diabo”, onde surgiu o CV em 1974, são elucidativos. “A cadeia, construída para abrigar 540 presos, está superlotada. Os 1.284 homens encarcerados ali no ano de 1979 se vestem como mendigos. Lutam por um prato extra de comida. Disputam a facadas um maço de cigarros ou uma ‘bagaña’ de maconha”, descreve Carlos Amorim, autor do livro “Comando Vermelho, a história secreta do crime organizado”.

Quatorze anos mais tarde, a história se repetiria no estado de São Paulo, desta vez não só motivada pela desumanidade das prisões, como também em resposta ao Massacre do Carandiru.

Para além da criação de regras internas que amenizam a brutalidade do convívio nas prisões (como a proibição de estupros e de uso de crack), as facções procuram se financiar, e enriquecer, com cobrança de mensalidades e recorrendo a atividades criminosas.

CULPA DO ESTADO**Expansão das facções, a lei de drogas e o encarceramento em massa**

O Estado brasileiro não só cria as condições que estimulam a organização de presos para fazer frente à situação desumana em que se encontram, como garante o fornecimento de um exército humano cada vez maior a serviço dessas facções.

Como podemos ver nos gráficos, após a aprovação da lei de drogas, em 2006, houve um aumento exponencial do número de presos, o qual se deu funda-

mentalmente à custa dos presos por tráfico de drogas, na sua maioria jovens, negros e pobres.

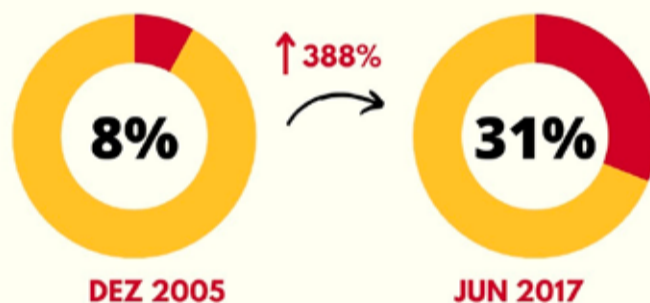
A lei de drogas despenaliza o consumo, mas não apresenta definições objetivas para distinguir entre usuário e traficante, ficando essa diferenciação a cargo dos critérios do policial que prende em flagrante e do juiz que condena. Na prática, os negros jovens e pobres são enqua-



Sindicato do Crime disputa controle do crime com o PCC.

drados com traficantes, e os brancos de classe média como usuários. A lei endureceu a penalização

do tráfico e passou a determinar que a pena seja sempre cumprida inicialmente em regime fechado.

NA ROTA DO TRÁFICO**O Brasil no mercado internacional de drogas****AUMENTO DOS PRESOS POR TRÁFICO DE DROGAS APÓS 2006**

O Brasil é o terceiro maior consumidor do mundo de cocaína e seus derivados (crack) – atrás dos EUA e do continente europeu. O Brasil é atualmente a principal rota de exportação de cocaína para a Europa, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). A maioria esmagadora da cocaína sai do país escondida em contentores, a partir dos portos nacionais. A guerra fratricida de facções no Norte

e no Nordeste do Brasil está relacionada também à disputa pelo controle dos portos e dos lucros astronômicos da exportação de cocaína.

PRENDER TRAFICANTES NÃO ACABA COM O TRÁFICO

O tráfico de drogas, especialmente o de cocaína, é um dos negócios mais rentáveis do mundo. O dinheiro gerado pelo lucro do tráfico não fica guardado debaixo de colchão,

vai para os grandes bancos, vai para a economia legal e garante a fortuna de muitos bilionários que não fazem nem ideia do que seja uma favela. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), cerca de 75% das receitas do crime organizado são lavadas no sistema financeiro, o que seria equivalente a 2,7% do PIB global (2,1%-4%). Atualmente isso corresponderia a US\$ 2,6 trilhões.

O crime organizado salvou os grandes bancos na crise econômica de 2008. É o que afirmou Antônio Maria Costa, chefe do UNODC, ao jornal Financial Times: “O dinheiro das drogas no valor de bilhões de dólares manteve o sistema financeiro à tona no auge da crise global (...) o único capital de investimento líquido disponível para alguns bancos à beira

do colapso no ano passado. (...) Como resultado, a maioria dos US\$ 352 bilhões em lucros com drogas foi absorvida pelo sistema econômico.”

Com a persistência da crise financeira desde 2008 e a escassez de liquidez, a avidez do sistema financeiro pelos lucros do crime organizado só aumenta.

Documentos vazados do FinCen, órgão de fiscalização do Departamento do Tesouro Americano, em 2020 revelam como lucros da guerra entre cartéis de drogas vão para os fundos de bancos como JP-Morgan Chase, HSBC e Deutsche Bank. O HSBC admitiu recentemente lavar dinheiro dos grandes cartéis mexicanos e foi condenado a uma multa de alguns milhões de dólares. Nenhum diretor do banco foi preso, e o HSBC segue funcionando normalmente.

O QUE FAZER?**Como acabar com o tráfico de drogas**

Antes de mais nada, no RN é fundamental diminuir a população carcerária e garantir condições de vida dignas aos presos, inclusive para reduzir a influência das facções entre os presos. É possível fazer um mutirão no Judiciário para diminuir o número de presos (acelerar os julgamentos dos presos provisórios e garan-

tir progressão de pena, por exemplo). É preciso investigar e punir os responsáveis pela tortura física e psicológica dos presos. Mas essas são medidas de curto prazo. O tráfico de drogas é um negócio que dá lucros astronômicos, não para os traficantes das periferias, mas para grandes bilionários e grandes bancos.

A única forma de acabar com a violência gerada pelo tráfico é legalizando a produção, mercado e consumo de drogas, sob controle dos trabalhadores. Garantir que os lucros são estatais e não de grandes bilionários, e que uma parte desses lucros seja investida na prevenção e tratamento da dependência química.

RISCOS

O Capitalismo e a Inteligência Artificial

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Na última semana muito se falou sobre os perigos da Inteligência Artificial (IA), especialmente devido ao impacto do lançamento do ChatGPT, um chatbot de inteligência artificial desenvolvido pela empresa OpenAI e lançado em novembro do ano passado.

O aplicativo pertence à nova geração de IA, sendo capaz de criar textos a partir de sistemas de aprendizado de máquinas e grandes modelos de linguagem (LLM, na sigla em inglês). Trocando em miúdos, o aplicativo “aprende” a partir de buscas em bancos de dados abertos e também analisando os estímulos gerados pelo usuário. No caso do ChatGPT, o aplicativo responde aos usuários como se fosse uma pessoa real, desenvolvendo uma conversa sobre qualquer tipo de assunto, inclusive sobre ele próprio.

Há alguns dias a OpenAI anunciou o ChatGPT-4, uma nova versão de seu chatbot que consegue agora gerar respostas mais completas, mais semelhantes a um texto escrito por humanos e também pode analisar imagens. Mas essa versão é paga.

Existem ainda outras plataformas de imagens, como Dall-e, Midjourney e Stable Diffusion, que produzem cenas realistas a partir das definições propostas pelos usuários. Na internet viralizaram imagens do Papa Francisco usando uma jaqueta puffer. Alguns disseram que ele havia con-

tratado um estilista, mas a imagem nada mais era do que uma reprodução feita pelo IA do Midjourney. Também foram publicadas selfies tiradas por personalidades históricas, tais como Jesus Cristo, Napoleão Bonaparte e Cleópatra. Tudo feito por Inteligência Artificial.

Afora o deslumbramento com a nova tecnologia, há um conjunto de preocupações. A Agência de Proteção de Dados da Itália bloqueou provisoriamente o uso da plataforma ChatGPT em todo o país, alegando “ausência de qualquer base legal que justifique o armazenamento maciço de dados pessoais de forma a ‘treinar’ os algoritmos que garantem o funcionamento da plataforma”.

Outro episódio polêmico foi o lançamento de uma carta aberta conclamando uma moratória das pesquisas sobre IA. O documento, assinado por um grupo de empresários, acadêmicos e pesquisadores, entre outros, alerta que o desenvolvimento de IAs “pode trazer profundos riscos à sociedade e à humanidade” e que a tecnologia “deveria ser planejada e gerida com os correspondentes cuidados e recurso”.

Um dos signatários da carta é Elon Musk, dono da Tesla e o homem mais rico do mundo. Ele coleciona um farto cardápio de polêmicas, como a defesa de um golpe na Bolívia para ter acesso a lítio, metal importante para a fabricação das baterias de carros elétricos da Tesla. Também minimizou a Covid-19 no auge da pandemia.

É ingênuo acreditar que Musk realmente esteja preocupado com “ética e responsabilidade” no desenvolvimento das pesquisas de IA. Na verdade, há outras razões para isso. Em 2018, Musk fracassou em tentar controlar a empresa. E hoje quem banca a maior



Bill Gates, dono da Microsoft, é o principal investidor do ChatGPT.

parte das pesquisas da OpenAI é a Microsoft, empresa que concorre com Musk na produção de veículos elétricos e no desenvolvimento de tecnologias inovadoras. A Microsoft forneceu à OpenAI um investimento de US\$ 10 bilhões, para acesso exclusivo ao GPT-4, que alimentaria seu próprio modelo Prometheus para Bing, seu site de buscas.

IA REPRESENTA ALGUM PERIGO PARA A HUMANIDADE?

Mas, afinal, quais são os possíveis impactos da IA para a sociedade? Ela representa algum perigo para a humanidade? Tal como os filmes de Hollywood, as máquinas podem se rebelar contra a humanidade e tomar o controle?

Nos limites deste artigo não é possível analisar todas as dimensões do im-

pacto da criação dessa nova ferramenta tecnológica. Entretanto, para além da ficção científica, esse não é o maior perigo do desenvolvimento das pesquisas em IA. Afinal de contas, como lembra Margaret Mitchell, uma das mais importantes pesquisadoras em IA, “as

Baidu e Alibaba e a indiana Infosys. O alcance da aplicação dos produtos da IA é infindável. Vai desde tecnologias para jogos, passando pelo comércio eletrônico, até a análise de dados e reconhecimento facial e de fala. E, claro, os chatbots que podem ajudar a disseminar desinformação e mesmo fake news, além de facilitar a disseminação dos ataques cibernéticos. O próprio ChatGPT comete inúmeros erros, “inventando” informações.

Como garantir que no futuro os chatbots não manipulem a versão dos fatos sociais e da própria história, tal como George Orwell descreve em seu romance distópico “1984”? Aliás, isso já ocorre com site de busca em regimes ditatoriais. Na China as buscas no Google sofrem censura, e é bloqueado o acesso a sites considerados politicamente sensíveis ou que contenham informações vistas como contrárias aos interesses do Estado. Em 2018,



foi revelado que o próprio Google está desenvolvendo uma versão do seu mecanismo de busca adaptada à censura da China. Uma pequena prova de que a empresa está disposta a tudo para lucrar.

Mesmo nos países ditos “democráticos”, as respostas para certos tipos de buscas dependem de quem gasta mais dinheiro com patrocínios e publicidade, influenciando o ranking

dos resultados de busca na internet. Isso significa que empresas com maior poder financeiro podem ter mais visibilidade em determinados resultados de busca.

Como regulamentar esse setor? Quem vai assegurar que as leis serão garantidas, em face dos poderosos interesses dessas corporações? O fato é que apesar das tímidas medidas regulatórias, a influência do dinheiro na internet já é uma realidade.



Para além do uso da IA para criar selfies de cenas históricas como a de Cleópatra ou do Papa usando uma moderna jaqueta, a nova tecnologia tem sido desenvolvida para aumentar os lucros dos capitalistas e ameaça milhões de empregos em todo o mundo.

DESEMPREGO



Sob uma sociedade socialista, o desenvolvimento tecnológico e científico se converteria em uma ferramenta de suma importância a ser aplicada na redução da jornada de trabalho e na plena difusão das informações.

Avanço tecnológico e capitalismo

Estamos diante de uma nova onda de inovações que está substituindo a força de trabalho com máquinas, em um ritmo inusitado. Essa automatização toma a forma da robotização nas atividades mais diversas. Além da Inteligência Artificial, o desenvolvimento da Indústria 4.0, a Internet das Coisas, a Computação em Nuvem, a Impressão 3D e o desenvolvimento de veículos autônomos serão uma realidade inevitável nos próximos anos, sendo aplicadas desde na montagem de um simples sanduíche até na fabricação da mais delicada lâmina de prensa.

A estimativa é de que mais de 50 milhões de empregos diretos estão ameaçados nos Estados Unidos pela crescente robotização.

No restante do mundo, a estimativa é a substituição de 400 a 750 milhões de postos de trabalho nos próximos dez anos.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia é produto das relações sociais. Isso significa que tem um propósito claro: servir à acumulação capitalista. O capitalismo exige permanentemente revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho para garantir maior apropriação do mais-valor. Mas sob esse sistema, a tecnologia serve para criar desemprego, diminuindo postos de trabalho e custos de produção dos capitalistas, vide o emprego generalizado de aplicativos que resultam em precarização.

O mais insólito, entretanto, é que o atual desen-

O capitalismo exige permanentemente revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho para garantir maior apropriação do mais-valor. Sob esse sistema, a tecnologia serve para criar desemprego, diminuindo postos de trabalho e custos de produção

volvimento tecnológico já permitiria a redução drástica da jornada de trabalho, quase a libertação total do trabalho penoso e a inclusão de todos os que estão desempregados no processo produtivo. Para isso, contudo,

é necessário uma transformação radical de toda a sociedade e de sua estrutura produtiva, construindo uma sociedade socialista que inverta totalmente essa lógica.

Sob uma sociedade socialista, o desenvolvimento tecnológico e científico se converteria em uma ferramenta de suma importância a ser aplicada na redução da jornada de trabalho e na plena difusão das informações. Permitiria cada vez mais a plena participação da população nas decisões políticas e econômicas, facilitando o próprio planejamento e vigilância da execução das metas fixadas. Imagine, por exemplo, o uso da internet como ferramenta de fluxo de informações a respeito da produção. O trabalho aconteceria em um ambiente

verdadeiramente colaborativo e comunitário, que agora só ocorre em pequenos espaços e em benefício de empresas privadas. Não é difícil imaginar os benefícios da Indústria 4.0 ou dos sistemas de IA sendo aplicados em prol do bem-estar da humanidade.

Nas palavras de Marx, permitiria pôr fim à “anexação vitalícia de um homem inteiro a uma única operação de detalhe”, livrando os humanos da brutalidade do trabalho alienado e do atraso cultural, visto que “a universalidade de seu desenvolvimento, da sua diversão e de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo: a isso se reduz finalmente toda economia”.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/412NTEC](https://bit.ly/412NTEC)

PERU

Lições preliminares de uma luta que está em curso



Dina Boluarte, presidente do Peru que ordenou uma dura repressão contra a jornada de luta dos trabalhadores.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST – PERU)

Após mais de 40 dias de mobilização permanente, a luta teve uma trégua. Os ativistas e lutadores fazem balanços e discutem sobre o ocorrido com vistas a retomar as ações com mais lucidez.

A trégua destes dias é fruto do cansaço dos lutadores dos bairros mais pobres de Puno, Cusco e do sul peruanos que sustentaram as mobilizações desde 7 de dezembro, colocando nela todas suas energias, e sacrifícios, para derrubar o governo Dina Boluarte e de seus sócios do Congresso. Mas ao identificarem um contexto mais complicado e difícil

Apesar de que os de cima ambicionam ter vencido e fingem normalidade em suas funções, a luta pela queda de Boluarte e o fechamento do odiado Congresso continua.

do que imaginaram e sob a pressão das penúrias materiais, resolveram retroceder.

POR QUE A LUTA NÃO VENCEU?

Setenta dias de luta heroica, mobilização constante, paralisação total de várias regiões, deslocamento de milhares para Lima, onde realizaram gigantescas mobilizações, de dura resistência à repressão que levou à morte 48 lutadores e deixou centenas de feridos graves, além de sérias consequências na economia. Mas apesar disso por que as mobilizações não foram suficientes para vencer?

Porque para vencer a luta deveria avançar para converter-se de regional a nacional com a participação das principais forças

populares, e sobretudo da classe operária concentrada em Lima.

Em alguns momentos da luta houve este alcance, como a chamada “Tomada de Lima”, em 19 de janeiro, até a greve nacional que a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru) convocou para 7 de fevereiro. Porém este não foi um processo que terminasse desembocando em uma ação decisiva que provocasse a queda de Boluarte, mas foi um processo abortado com a “greve por tempo indeterminado” de 7 de fevereiro convocada pela CGTP.

A luta do sul do país deu tudo o que podia. Conseguiu ganhar o apoio de parte da juventude, de parte da população pobre de Lima; conseguiu ganhar um setor da clas-

se trabalhadora e a simpatia da maioria desta que mostrou disposição em aderir com mais decisão. E ganhou as próprias classes médias democráticas que, horrorizadas pela sangrenta repressão do governo.

A luta chegou a ganhar também a opinião pública internacional onde governos e organismos de Direitos Humanos se pronunciavam questionando o Governo e o Congresso.

Para avançar na queda do governo e do Congresso, seria necessário um impulso final, um impulso forte como uma paralisação nacional efetiva em todo o país envolvendo a classe operária e os setores populares.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UHWsq](https://bit.ly/3UHWsq)

LIMITES

O papel da CGTP foi chave para frustrar a luta



A paralisação nacional, como materialização da unidade na luta, só podia ser preparada e convocada pela CGTP, pois a maioria da classe trabalhadora está organizada nela, e não atua por fora da central. Mas a central não o fez. A direção da CGTP convocou a “greve por tempo indeterminado”, mas não moveu nem um dedo para garantir sequer uma paralisação: não realizou uma só assembleia nacional, não desceu às bases. Limitou-se a convocá-la, fazer um panfleto vir-

tual e deixou-a à sua própria sorte com o explícito propósito de levá-la ao fracasso.

A direção da central mostrou que não estava com a luta popular pela queda de Boluarte e o fechamento do Congresso. Se localizava, de fato, do lado dos que apoiavam a continuidade do regime.

Ao invés de se colocar na liderança da luta para dar-lhe uma direção nacional, a CGTP se colocou a reboque dela, juntando-se com algumas convocações isoladas e marchando por fora da mobilização dos que lutavam.

Desta forma, a direção da CGTP, ao invés de trabalhar pela entrada organizada da classe operária na luta para definir o êxito da luta, o que fez foi retirá-la completamente propondo uma fantasiosa “greve por tempo indeterminado”, para frustrar a luta de conjunto.

ENSINAMENTOS

Cenas da tomada de Lima pelos indígenas e camponeses do sul do Peru.



Para vencer, a luta deve ser nacional e unir oprimidos e explorados

Os lutadores do sul do país tiraram algumas conclusões desta experiência que acreditamos ser equivocadas. Veem que sua luta é regional e contra Lima; e dentro de Lima localizam organismos como a CGTP. Esta visão regionalista pode levá-los a retroceder ainda mais. O problema é social, entre a classe trabalhadora e pobre e as classes governantes, e a luta está atravessada por um problema de direção: da CGTP e das “esquerdas” acomodadas nela.

Para vencer, a luta deve ser nacional e para isso deve

se obter a unidade da maioria dos oprimidos e explorados em torno a um plano de luta e de uma paralisação nacional. Isso não foi possível, não por culpa da classe trabalhadora que simpatiza com a luta do sul, mas pela traição da cúpula da CGTP que a freia e que concilia com as classes dominantes e com o governo de Boluarte.

As conclusões que os lutadores e lutadoras do sul tiram podem ser um perigo para retomar a luta. As conclusões que tiramos apresentam uma tarefa

evidente: construir uma nova direção independente.

Esta nova direção deve ser forjada trabalhando para construir a unidade da luta operária e popular. Isso pode significar exigir da CGTP que assuma sua responsabilidade colocando-se na liderança da luta.

Esta é a tarefa do reinício da nova etapa da luta. Com essa orientação, pode abrir-se uma melhor perspectiva para ela e avançar na resolução da tarefa mais estratégica que temos, colocar em pé uma nova direção para a luta.